

ARTIGO

REURB-POP: experiência extensionista em disciplina de urbanismo com assessoria sociotécnica do Laboratório Periférico no Dorothy Stang

REURB-POP: an extension experience within an urban planning course with socio-technical advisory support from the Periférico Laboratory in Dorothy Stang

Liza Maria de Andrade^[1]

Vania Loureiro^[2]

Angelica Azevedo^[3]

Juliette Fanny Lenoir^[4]

[1] Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, Brasil. e-mail: lizamsa@gmail.com

[2] Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, Brasil. e-mail: vanieloureiro@unb.br

[3] Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, Brasil. e-mail: angelicazv21@gmail.com

[4] Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, Brasil. e-mail: lenoir.arquiteta@gmail.com

RESUMO O artigo relata um projeto de extensão no território Dorothy Stang/DF no âmbito da disciplina obrigatória “Projeto de Urbanismo 1” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), vinculado ao Programa “Residência Multiprofissional CTS/UnB” e ao Programa “Periferia Viva” da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades (SnP/MCid), vinculado ao Laboratório Periférico. O objetivo do PIBEX REURB-POP 2023/2024 foi atender demandas de assessoria sociotécnica em projetos urbanos e periurbanos participativos mais sustentáveis para contribuir no processo de regularização fundiária de interesse social (REURB-S) como o caso do Dorothy Stang. A atuação extensionista do Laboratório Periférico no território foi um fator crucial para a produção de documentos necessários à inclusão do Dorothy Stang na Lei Complementar 986/2021 como Área de Regularização de Interesse Social (ARIS). A metodologia aplicada parte das demandas levantadas e da análise das dimensões da sustentabilidade, avançando para a sistematização de padrões espaciais (códigos) e de acontecimentos, com o objetivo de estabelecer uma linguagem comum com a comunidade. Esse processo se desenvolve por meio de oficinas e da elaboração de mapas afetivos em campo, culminando na construção de cenários possíveis e de propostas de projeto apropriadas pela comunidade. Os estudantes seguiram a metodologia por meio de quatro exercícios, com idas a campo, que resultaram em oito projetos que buscaram trazer a realidade da comunidade, a inserção de áreas verdes e de convivência e a sensibilidade com o existente. Dessas propostas, surgiu o projeto síntese de urbanismo participativo com recomendações que focaram em parques urbanos, infraestrutura verde, Soluções baseadas na Natureza (SbN), hortas comunitárias, equipamentos públicos, ruas compartilhadas, fornecimento de infraestrutura básica, endereçamento afetivo e arte urbana. O REURB-POP evidencia sua importância ao direcionar a atenção do governo para comunidades marginalizadas, promovendo a valorização das trocas de experiências entre acadêmicos e comunidades, bem como o uso de uma metodologia participativa. O projeto de extensão contribuiu para a finalização do projeto de urbanismo e a entrada do Programa “Periferia Viva de Regularização Fundiária” para o Dorothy Stang bem como o Programa “CEP para Todos”.

PALAVRAS-CHAVE sustentabilidade urbana; regularização fundiária; dimensões da sustentabilidade; participação popular.

ABSTRACT This article presents an extension project carried out in the Dorothy Stang territory, Federal District, within the required course “Urban Design Project I” at the School of Architecture and Urbanism of the University of Brasília (FAU/UnB). The project is linked to the “CTS/UnB Multidisciplinary Residency Program” and the “Periferia Viva” Program of the National Secretariat of Peripheries at the Ministry of Cities (SnP/MCid), and is associated with the Periférico Laboratory. The objective of the PIBEX REURB-POP 2023/2024 was to address demands for socio-technical advisory in participatory urban and peri-urban projects aimed at greater sustainability, contributing

to the process of land tenure regularization of social interest (REURB-S), as in the case of Dorothy Stang. The extension work developed by the Periférico Laboratory in the territory was a crucial factor in producing the documents required for the inclusion of Dorothy Stang in Complementary Law 986/2021 as a Social Interest Regularization Area (ARIS). The applied methodology is based on identified community demands and the analysis of sustainability dimensions, advancing toward the systematization of spatial and events patterns in order to establish a shared language with the community. This process unfolds through workshops and the production of affective maps in the field, culminating in the development of possible scenarios and project proposals appropriated by the community. Students followed this methodology through four exercises, including fieldwork, resulting in eight projects that sought to reflect the community's reality, incorporate green and social spaces, and demonstrate sensitivity to existing conditions. From these proposals emerged a synthesis project of participatory urbanism, with recommendations focused on urban parks, green infrastructure, Nature-based Solutions (NbS), community gardens, public facilities, shared streets, provision of basic infrastructure, affective addressing, and urban art. REURB-POP highlights its relevance by drawing governmental attention to marginalized communities, promoting the exchange of experiences between academia and communities, and fostering the use of participatory methodologies. The extension project contributed to the completion of the urban design project and to the inclusion of Dorothy Stang in the “Periferia Viva Land Regularization” Program, as well as in the “CEP para Todos” Program.

KEYWORDS urban sustainability; land tenure regularization; sustainability's dimensions; public participation.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a experiência extensionista e participativa desenvolvida no âmbito do projeto “PIBEX REURB-POP”, conduzido pelo Periférico Laboratório Assessoria Sociotécnica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB). A iniciativa foi realizada no contexto da disciplina de graduação “Projeto de Urbanismo 1”, articulada ao programa de extensão da pós-graduação e ao curso de especialização “Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Saúde Ecosistêmica e Economia Solidária”, vinculado ao Programa “Periferia Viva” da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades (SnP/MCid). O projeto teve como objetivo atender demandas de assessoria sociotécnica voltadas ao desenvolvimento de projetos urbanos e periurbanos participativos, com enfoque na sustentabilidade (incluindo iniciativas de habitação social e paisagismo), contribuindo para os processos de projeto e planejamento em

ocupações urbanas informais no Distrito Federal, no contexto da regularização fundiária de interesse social (Reurb-S).

A crescente demanda por esse tipo de projeto está associada, em parte, à promulgação da Lei Federal nº 13.465/2017, que estabelece diretrizes para a Regularização Fundiária Urbana (Reurb). No entanto, as controvérsias relacionadas às alterações normativas e seus desdobramentos têm suscitado críticas quanto à fragilização da política urbana vigente, especialmente no que se refere à desobrigação da provisão de infraestrutura por parte do poder público e ao potencial estímulo a práticas de apropriação irregular de terras urbanas no Distrito Federal. Nesse contexto, observa-se o agravamento de processos de exclusão socioespacial, com o deslocamento da população de baixa renda para áreas cada vez mais periféricas.

Esta ação de extensão se justifica pela contribuição que os trabalhos realizados no Laboratório Periférico têm trazido para os territórios informais. O Laboratório atua nesses territórios com o desenvolvimento de pesquisas e assessoria sociotécnica sobre produção do habitat que abrange temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e Reforma Agrária), integrados no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”. O projeto abrange desde a escala do microplanejamento urbano até o microrurbanismo, incorporando a infraestrutura ecológica, o habitat e a habitação social, bem como estratégias de sobrevivência baseadas na auto-organização comunitária (*bottom-up*). Esses elementos constituem a base da adequação sociotécnica adotada pelo Laboratório Periférico, na qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados e, ao mesmo tempo, assimilam o conhecimento sociotécnico existente na comunidade, configurando um processo de “interacionismo pedagógico freiriano e sociotécnico”.

O foco deste artigo está nas contribuições trazidas junto à comunidade do território do assentamento Dorothy Stang localizado na Região Administrativa Sobradinho I nas proximidades da ARIS Nova Colina. A ocupação urbana teve origem em 2015 a partir do movimento social Frente Nacional de Luta (FNL). Hoje a gestão é feita pela Associação dos Moradores, Apoiadores e Luta-dores do Residencial Dorothy Stang (AMREDS) contando com uma comunidade de mais de 700 famílias. A extensão da UnB atua no território desde 2016 representada pelo Laboratório Periférico e o Escritório Modelo EMAU-CASAS (no início), fato que contribuiu para que a ocupação fosse incluída nas estratégia de regularização fundiária urbana do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT por meio da Lei Complementar 986/2021 como Área de Regularização de Interesse Social (ARIS).

O Artigo 117 do PDOT (2009) destaca que “a regularização fundiária compreende as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais promovidas por razões de interesse social ou de interesse específico”. O Artigo 122 do PDOT (2009) especifica que a Reurb busca:

VI – priorizar a regularização fundiária de assentamentos informais de baixa renda consolidados;

VII – adotar medidas de compensação por eventuais danos ambientais e prejuízos à ordem urbanística, diante da irreversibilidade das ocupações e constatada a possibilidade de sua permanência [...]

XII – promover articulação do processo de regularização dos assentamentos informais com a política habitacional;

XIII – aprimorar os instrumentos e medidas jurídicas, urbanísticas e ambientais voltadas à regularização de assentamentos informais, visando aumentar a agilidade do processo e facilitar as eventuais intervenções do Poder Público; (PDOT, 2009, p. 57)

Tanto a Lei Federal quanto o Decreto distrital preveem que a Reurb pode ser solicitada a partir de um Projeto Urbanístico que define, entre outros elementos, a poligonal da área pretendida para a Reurb e as características físicas, sociais e ambientais do local (Capítulo II, §1º). O artigo 2 do Decreto 42.269/2021 especifica que um dos objetivos da Reurb é de franquear a participação dos interessados. No entanto, não é especificado quem são os interessados, já que o morador, no restante do decreto, é designado pela palavra ocupante.

Figura 1 – Fluxograma das etapas da Reurb no DF.

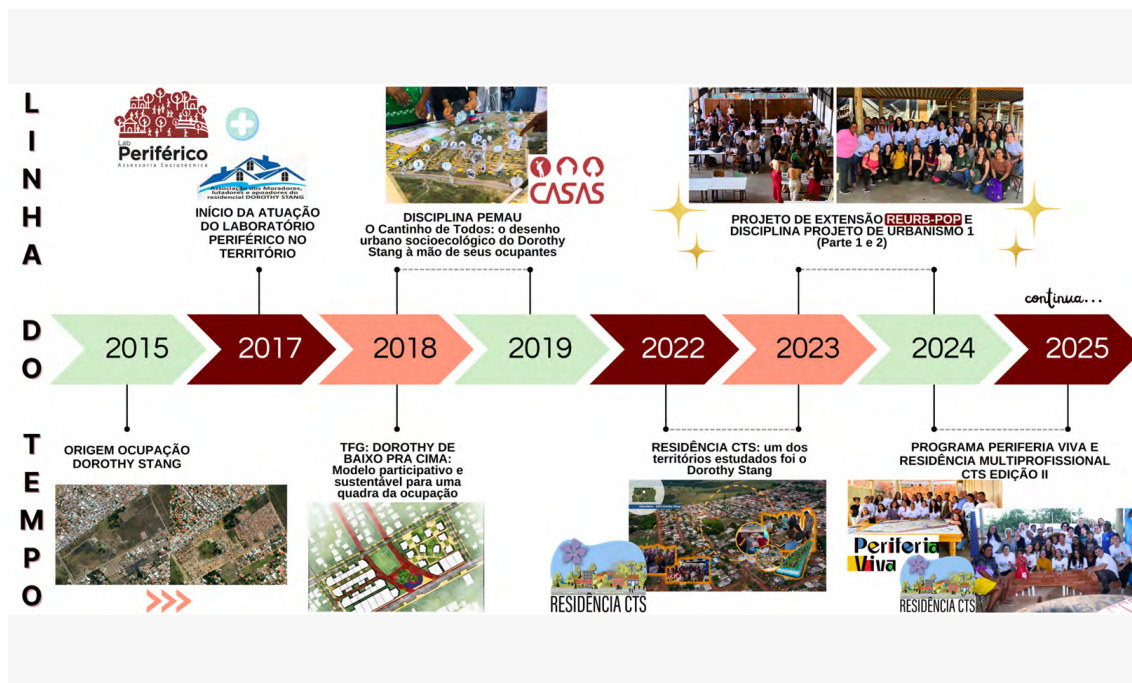


Fonte: SEDUH (2020)

Na etapa 7 “Projeto Urbanístico”, as diretrizes do Estudo Preliminar podem emergir das iniciativas e demandas do território e ser pactuadas com a população. De maneira mais geral falta nos processos de Reurb a dimensão cotidiana das pessoas com suas vivências do território. É importante ressaltar que essa inclusão foi possível graças à luta constante da comunidade, ao esforço conjunto de estudantes e perseverança das professoras e à habilidade da equipe técnica da Subsecretaria de Regularização Fundiária da SEDUH em viabilizar a Lei Complementar (LC). Durante o evento do III Fórum do Núcleo DF Metropolitano do BrCidades, na “Live 5: Direito à moradia, direito à cidade, ATHIS e Regularização Fundiária”, realizado em 2021, a liderança Rita de Cássia destacou a relevância do trabalho realizado pela universidade no processo de regularização fundiária. Ela também ressaltou a maneira como esse trabalho foi conduzido: com envolvimento direto da comunidade nas etapas do processo de projeto e nas tomadas de decisão, além do uso de uma linguagem acessível e interativa, demonstrando os códigos geradores do processo de projeto, algo fundamental para promover as trocas de conhecimentos e a compreensão do espaço urbano.

Com o projeto de extensão REURB-POP houve uma continuidade da “assessoria sociotécnica da resistência”, contribuindo com projetos de urbanismo e habitação social e com a inserção curricular da extensão, seja no nível da disciplina de Projeto de Urbanismo 1, dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou do Programa de Extensão e Especialização Lato Sensu da Residência Multiprofissional CTS - Habitat, Agroecologia, Saúde Ecológica e Economia Solidária. Neste ano iniciou a parceria com a Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades através do Programa Periferia Viva. O Programa prevê a promoção da qualidade de vida nas periferias urbanas do Brasil por meio de intervenções integradas que incluem a urbanização de favelas, a qualificação dos espaços públicos, a provisão de infraestrutura urbana essencial (como saneamento básico, drenagem, contenção de encostas, sistema viário e iluminação pública), recuperação ambiental, melhorias habitacionais, construção de novas moradias para reassentamentos necessários, regularização fundiária e trabalho social. Recentemente iniciou-se a 2ª edição da Residência CTS, são muitas oportunidades de ações para os estudantes da UnB participarem junto às comunidades. A figura 2 apresenta uma linha do tempo com a conexão entre o Laboratório Periférico, o EMAU-CASAS e a Residência CTS no território Dorothy Stang.

Figura 2 — Linha do tempo: Histórico Dorothy Stang & Laboratório Periférico



Fonte: Angélica Azevedo, pesquisadora do Laboratório Periférico (2025)

METODOLOGIA

A metodologia do Laboratório Periférico, certificada como tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil, foi aplicada na experiência extensionista implementada na disciplina de “Projeto de Urbanismo 1”. Consiste no processo projetual para um urbanismo participativo direcionado para que as pessoas do lugar se reconheçam como pertencentes de sua comunidade e para que os técnicos se aproximem do modo como a realidade do lugar é compreendida pelos membros da comunidade. Assim, ao compreender essa realidade específica, as propostas urbanísticas não consolidam expectativas idealizadas meramente pela proposição profissional ou acadêmica da Arquitetura e Urbanismo. O processo é fundamentado nas ações da sociedade na produção do espaço urbano pela tríade da teoria espaço percebido-vivido-concebido de Lefebvre (2013): percebido na prática social, vivido na representação social e concebido na representação espacial. Tal compreensão demonstra a necessidade do processo participativo na reabilitação e construção do espaço urbano para melhor qualidade de vida em áreas periféricas. Portanto, o desafio é não se

tornar uma invasão cultural, lembrando Paulo Freire, pela mera transferência do projeto por parte daquele que entrega para com aquele que recebe passivamente.

Na visão de Henry Sanoff (1999), a participação é educativa, um exercício para o processo de capacitação e conscientização (individual e coletiva) e o desenvolvimento da cidadania para romper com o ciclo da lógica de subordinação. Para ele, na democracia participativa há princípios metodológicos e tipos de estratégias participativas em diferentes situações e configurações sociais tais como: não existe a melhor solução para um problema projetual; as decisões de especialistas não são necessariamente melhores do que as dos leigos; o processo projetual pode ser realizado de forma transparente para que os componentes das decisões sejam compreendidos e para gerar autonomia, as reuniões devem ocorrer em fórum aberto para que as tomadas de decisão sejam aceitáveis para todos os envolvidos, e por fim, o processo de projeto é contínuo e muda constantemente, o “produto não é o fim do processo, pode ser reavaliado e adaptado”.

Na assessoria sociotécnica do Laboratório Periférico, parte-se das demandas e vocações levantadas e análise das potencialidades e problemas tais como identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e de acontecimentos. A metodologia busca seguir cinco etapas de trabalho com variações conforme os contextos específicos: (1) análise do contexto conforme as dimensões da sustentabilidade, Andrade e Lemos (2015); (2) levantamento dos padrões espaciais (soluções pensadas) e padrões de acontecimentos, apresentados no formato de cartas e ícones, Alexander *et al.* (1977) e Andrade (2014); (3) organização de oficinas com a comunidade para debater sobre as soluções e pensar em adaptações; (4) elaboração de cenários com as soluções, podem ser apresentados como colagens sobre imagens do existente; e (5) apresentação e entrega do caderno final com todo o processo e projeto para a comunidade. A Figura 3 apresenta as cinco etapas da metodologia do Laboratório Periférico aplicada ao projeto urbanístico de regularização do Dorothy Stang.

Na segunda etapa, selecionam-se padrões após um diagnóstico participativo do local no formato de mapas afetivos, uma análise do contexto que contempla os padrões de acontecimentos relacionados ao espaço e às expectativas sociais mapeadas pelas análises das dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural e afetiva) conforme Andrade e Lemos (2015). Sistematiza-se tais padrões para estabelecer uma linguagem com a comunidade e aumentar a sua participação no processo, na forma de “códigos geradores” de soluções para o processo de desenvolvimento dos projetos - padrões desenvolvidos por Alexander *et al.* (1977) e padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014). Nessa etapa, o processo agrega a participação da comunidade, utilizando dos padrões como partido de questionamento da viabilidade do aspecto considerado e a localização do mesmo no contexto urbano.

Em cada projeto, após a seleção dos padrões, são desenvolvidos esquemas e desenhos relacionados a cada um dos códigos geradores, o que permite uma conexão entre eles de forma sistêmica e

podem ser apresentados às comunidades como forma de linguagem entre projetistas e comunidade. A sistematização dos padrões se consolida na construção de cenários possíveis e algumas propostas de projeto, dentre elas, a comunidade decide qual o cenário e o projeto escolhido a ser implantado.

Figura 3 — Metodologia do Laboratório Periférico aplicada ao projeto de urbanismo Dorothy Stang



Fonte: Angélica Azevedo, pesquisadora do Laboratório Periférico (2025)

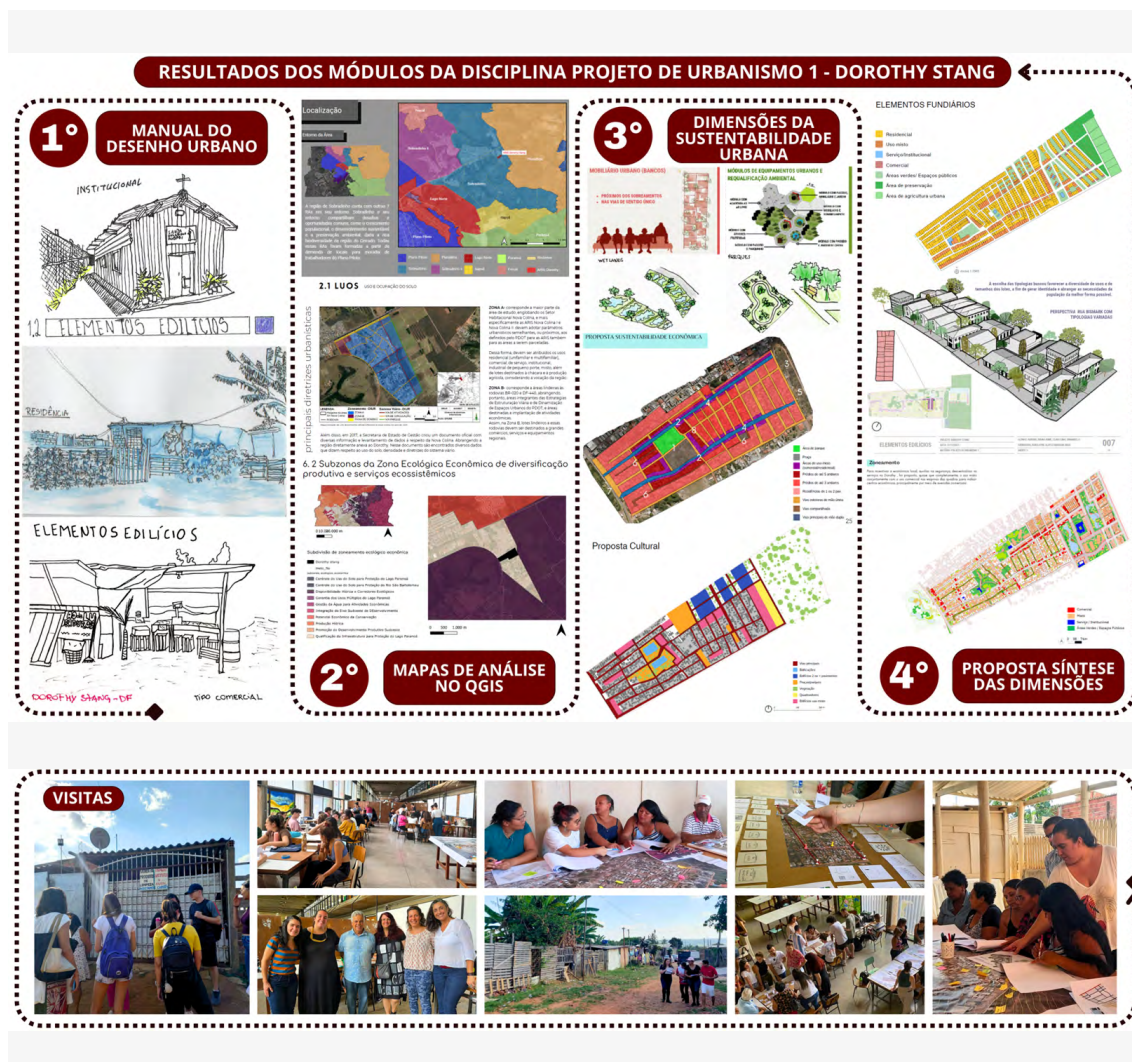
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos semestres 2023.2 e 2024.1 do calendário da UnB, o projeto de extensão REURB-POP esteve junto com a disciplina Projeto de Urbanismo 1 no contexto do território Dorothy Stang. Antes mesmo da obrigatoriedade da extensão na graduação, as professoras responsáveis por esta disciplina já realizavam esta articulação promovendo a conexão e troca de saberes entre os estudantes da FAU e as comunidades periféricas.

Seguindo a metodologia, primeiramente em Projeto de Urbanismo (PU1), os estudantes analisaram o assentamento. Eles executaram as atividades de desenhar croquis do existente no 1º exercício: Manual de Desenho Urbano; no 2º exercício, levantaram os dados existentes de fontes confiáveis e criaram mapas utilizando o software QGIS; no 3º exercício, basearam-se na análise nos princípios das dimensões da sustentabilidade urbana (ambiental, social, econômica e cultural), criando propostas de projeto de urbanismo para cada dimensão; e, no 4º e último exercício, juntaram as propostas em uma síntese, detalhando melhor em torno do zoneamento, uso de infraestrutura verde, sistema viário e tipologias edilícias. Entre os exercícios houveram visitas dos alunos ao território e da comunidade na UnB para a realização dos debates, registros escritos e fotográficos e apresentação do projeto em processo.

O resultado foram oito projetos que buscaram trazer a realidade da comunidade, a sensibilidade com o existente, a diversidade de usos e tipologias edilícias e a inserção de áreas verdes e de convivência no Dorothy, além da preocupação com o fornecimento de infraestrutura urbana básica e sistema de transporte, e com a sustentabilidade urbana e drenagem ecológica. A figura 4 mostra alguns dos trabalhos realizados pelos estudantes.

Figura 4 — Compilado de trabalhos dos 4 exercícios de PU1 dos estudantes
(Semestre 2023.2)



Fonte: Angélica Azevedo, pesquisadora do Laboratório Periférico (2025)

As oito propostas desenvolvidas pelo projeto de extensão REURB-POP na disciplina de Projeto de Urbanismo 1 foram minuciosamente analisadas pela equipe de urbanismo do Programa Periferia Viva criando um grande mapa síntese. Junto à síntese, foram elaboradas as cartas dos padrões espaciais (ou parâmetros de projeto), que são os elementos da metodologia para auxiliar o diálogo entre os parceiros, técnicos e moradores. A inspiração dos padrões veio de manuais de desenho e de exemplos da aplicação de Soluções baseadas na Natureza (SbN) executadas no Brasil e no

mundo. Um padrão é composto por um desenho, um nome, a essência e descrição do problema e a solução do problema levantado para o contexto específico. As soluções destes padrões foram desenhadas no mapa para testar e adaptar à morfologia do Assentamento Dorothy Stang.

As cartas dos padrões foram feitas dentro das 4 Dimensões da Sustentabilidade Urbana, ambiental, social, econômica e cultural (Andrade e Lemos, 2015). Na ambiental as recomendações focaram em parques urbanos, infraestrutura verde, Soluções baseadas na Natureza (SbN), hortas comunitárias e de quintal e asfalto permeável; na social, foram áreas de convivência, equipamentos públicos, vias de mão única, ruas compartilhadas, traffic calming e sistema de transporte público para a área; na econômica, o fornecimento de infraestrutura urbana, a feira livre periódica, o comércio de rua e a inserção de mobiliários urbanos; e na cultural, a questão do endereçamento afetivo, a revitalização da Plenária, a inserção de arte urbana e a sinalização artística da entrada de acesso ao Dorothy.

A partir do desenho no mapa e dos padrões, foram definidas tipologias de ruas, as quais possuem soluções adaptadas às suas especificidades de mobilidade e declividade. De fato, as curvas de nível são bastante acentuadas exigindo soluções diferentes entre as ruas. Foram definidas as ruas principais que receberão a passagem de ônibus e as áreas comunitárias adjacentes para que o fluxo de passageiros possa ser aproveitado para as outras atividades do bairro como comércios e serviços públicos. Muitas das ruas secundárias foram definidas para terem um sentido de circulação único devido à largura estreita destas. Cada tipologia de rua também possui uma solução adaptada de drenagem ecológica, seja de infiltração, retenção ou a condução até as bacias de contenção já existentes. Nessa área das bacias, o projeto prevê um parque linear combinando soluções de drenagem e equipamentos comunitários de lazer e esporte para a comunidade. Essa proposta é inclusive objeto de ação tática de plantação com horta comunitária. Após a finalização desta etapa, foi realizada uma oficina de urbanismo participativo com a comunidade intitulada “Vamos construir cenários mais sustentáveis para o Dorothy?”, onde foram apresentadas as soluções pensadas (figura 5).

O intuito foi mostrar o processo de projeto de urbanismo que estava sendo seguido, apresentar as soluções propostas, explicar como funcionam as técnicas apresentadas e ouvir as opiniões da comunidade num debate construtivo. A oficina iniciou com a abertura do mapa na mesa e uma conversa sobre os padrões de acontecimentos (Andrade, 2014; Alexander *et al.*, 1977). Foi pedido à comunidade que localizassem no mapa os acontecimentos comuns conforme os ícones que havíamos levado, porém se necessário poderiam criar ícones, como foi o caso do ‘viveiro’. A segunda parte consistiu em debater sobre as soluções utilizando as cartas dos padrões e os desenhos das vias e praças. A comunidade se mostrou muito satisfeita com a ideia de ter um parque bucólico com elementos de arte urbana na entrada do Dorothy e com a inserção de jardins de chuva nas ruas e o uso do pavimento permeável para auxiliar na drenagem urbana. Posteriormente, foram produzidos os mapas dos padrões conforme os resultados da oficina.

Figura 5 — Imagens do processo de projeto de urbanismo no Periferia Viva



Fonte: Angélica Azevedo, pesquisadora do Laboratório Periférico (2025)

A turma de PU1 no semestre de 2024.1 criou projetos para a área de expansão do Dorothy e a equipe de urbanismo do Periferia Viva continuou avançando com a síntese do projeto da área existente. Foram desenvolvidos mapas importantes para o endereçamento, como o das microrregiões existentes no local (figura 6), produto imprescindível na conversa com representantes da CODHAB e da SNP na reunião sobre o endereçamento do Dorothy realizada em novembro de 2024, onde foi pontuada a importância da afetividade e manutenção dos nomes já existentes no Dorothy.

Figura 6 — Microrregiões do Assentamento Dorothy Stang



Fonte: Matheus Oliveira, pesquisador da equipe Periferia Viva (2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do projeto de extensão REURB-POP no território Dorothy Stang reafirma a importância da universidade pública como agente ativo na transformação social e na promoção do direito à cidade. A integração entre a disciplina de graduação “Projeto de Urbanismo 1”, a pós-graduação e as políticas públicas federais demonstrou que a prática extensionista vai muito além da sala de aula, sendo capaz de fornecer suporte técnico qualificado para comunidades historicamente marginalizadas. Para os estudantes, a vivência no território proporcionou uma formação humanizada e sensível às complexidades das periferias brasileiras, preparando profissionais capazes de lidar com conflitos socioespaciais de forma ética e colaborativa.

Os resultados alcançados evidenciam que a metodologia de assessoria sociotécnica, fundamentada na participação popular e na linguagem de padrões, é eficaz para romper a barreira entre o saber acadêmico e o saber local. Ao traduzir as demandas da comunidade em projetos urbanos que incorporam Soluções baseadas na Natureza (SbN), infraestrutura verde e o “endereçamento afetivo”, o projeto não apenas propôs melhorias físicas, mas fortaleceu o sentimento de pertencimento e a autonomia dos moradores.

Do ponto de vista institucional e jurídico, a atuação do Laboratório Periférico foi determinante para a inclusão do Dorothy Stang na Lei Complementar 986/2021 (ARIS), passo fundamental para a regularização fundiária de interesse social (Reurb-S). Além disso, a continuidade das ações através de programas como “CEP para Todos” e parcerias com a CODHAB e o Ministério das Cidades aponta para a sustentabilidade do projeto a longo prazo. O projeto de extensão contribuiu para que, em 2024-2025, a 2ª edição da Residência CTS recebesse o Programa Periferia viva e, em 2025-2026, a ARIS Dorothy Stang recebesse o Programa de Regularização Fundiária do Periferia Viva, com a equipe de assessoria sociotécnica do Laboratório Periférico.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray. **A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

ANDRADE, L. M. S. **Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UnB, Brasília/DF, 2014.

ANDRADE, L. M. S. Periférico, trabalhos emergentes: participação social na elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo nos TFGs da FAU/UnB. In: **XVII ENANPUR: Desenvolvimento, Crise e Resistência: Quais os caminhos do planejamento urbano e regional**, Sessão temática 11: A extensão universitária – perspectiva de atuação social e pedagógica, São Paulo, 2017.

ANDRADE, Liza M. S.; LEMOS, Natalia S. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. In: AMORIM, C. N. D. et al. (org.) **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanísticos e qualidade urbanística**. Brasília, DF: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UnB, 2015. Cap. 1, p. 18-97.

ANDRADE, L. M. S. de.; LEMOS, N. da S.; LOUREIRO, V. R. T.; COSTA, Á. S. B. N. Urbanismo participativo na produção do espaço em Brasília como forma de resistência: o caso do processo de regularização fundiária da ocupação Dorothy Stang. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 108-137, set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera diversas leis e decretos; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2017. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em 11 de janeiro de 2025.

FREIRE, Nita; OLIVEIRA, Walter Ferreira de Oliveira. **Paulo Freire: Pedagogia da Solidariedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.

LEFEBVRE, H. Prefácio: a produção do espaço. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, out. 2013.

LEI COMPLEMENTAR nº 803/2009 – PDOT-2009 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.pdot.seduh.df.gov.br/> Acesso em 25 de setembro de 2019.

SANOFF, H. Community participation methods in design and planning. **Revista Landscape and Urban Planning**, Nova York: John Wiley & Sons, Inc. 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO. **Cartilha de Regularização Fundiária Urbana**. Disponível em: <https://portaldaregularizacao.seduh.df.gov.br/docs/CARTILHAS%20DE%20REGULARIZA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO. **Mapa de Regularização**. Disponível em: <https://portaldaregularizacao.seduh.df.gov.br/mapa-regularizacao>. Acesso em 11 de janeiro de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO. **Projeto de Lei Complementar da Regularização Fundiária Urbana (REURB)**. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3e31558072eb4b7791ab7c55335ffd13/Lei_Complementar_986_30_06_2021.html . Acesso em 11 de janeiro de 2025.

